

## **XXIII Conferência Internacional de Lisboa**

### ***Intervenção do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Professor Doutor João Gomes Cravinho***

Sr Presidente da República

Sr Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Sr Presidente da AIP

Sr Presidente do Conselho Geral do IEEI

Este primeiro quarto de século de vida do IEEI representa uma excelente oportunidade para reflectirmos sobre os caminhos de Portugal neste mundo em rápida mudança. Fundado pouco depois da consolidação da democracia, é justo e inteiramente pacífico afirmar-se que o IEEI tem desempenhado um papel único em termos de participação cívica nos debates sobre a política externa portuguesa. Simultaneamente europeísta e atlantista nas suas convicções, foram esses os dois mais importantes domínios da sua intervenção e reflexão nos seus primeiros anos. Foram essas de facto as vertentes fundamentais da política externa portuguesa, e era nesses domínios que as interrogações centrais que se colocavam.

A política externa constitui sempre uma emanção de uma sociedade, e numa altura de profunda e rápida transformação da sociedade portuguesa, nos anos que se seguiram à Revolução de 1974, surgiram interpretações diversas sobre as nossas orientações externas. Apesar de aberto a diferentes possibilidades práticas que se colocavam, o IEEI nunca teve dúvidas quanto à essência da questão. Portugal era, e tinha de continuar a ser, um país sem hesitações transatlânticas. Em simultâneo, por aquilo que Portugal e o mundo tinham mudado, era igualmente evidente que a integração europeia constituía um objectivo fundamental para que Portugal pudesse evitar a progressiva marginalização a que o anterior regime tinha condenado o país. Quanto a esta dupla natureza atlântica e europeia, o IEEI nunca sentiu necessidade de escolher, ancorando sempre o seu trabalho no pressuposto, que a história veio a demonstrar ser correcto, de que Portugal poderia valorizar a sua presença internacional se soubesse ser convictamente atlanticista e europeu.

Não foi por mero acaso que se associou ao IEEI, desde a sua fundação, o notável pensador e diplomata que foi José Calvet de Magalhães. Tendo feito grande parte da sua carreira no anterior regime, foi nesse período um dos poucos modernos, isto é, um dos poucos que soube perceber que as dinâmicas sócio-económicas do país estavam a expor como anacrónicas as leituras redutoras da nossa história que naquela época eram dominantes, e que sugeriam que o nosso destino glorioso passava por definir em defesa de um império decrépito. Calvet de Magalhães entendeu bem a necessidade da integração económica europeia, e abriu os braços à integração política que ele já antevia, numa altura em que os principais governantes e diplomatas pensavam ainda que o futuro do país se jogava na recusa das modas democráticas europeias e americanas. Esta ligação entre as dinâmicas sócio-económicas do país, e as opções de política externa, constituem de facto uma das correcções introduzidas pelo período democrático, fazendo a rotura necessária com uma política externa baseada na mitologia.

Conta-se a história de uma visita a Portugal de George Ball no início dos anos 60. Ele era na altura emissário do Presidente Kennedy, e tinha como missão procurar sensibilizar Salazar para a necessidade de começar a caminhar no sentido da descolonização. É evidente que não teve sucesso, mas quando regressou a Washington explicou a Kennedy porque razão tinha falhado. É que estavam enganados aqueles que pensavam que em Portugal era Salazar quem decidia tudo. Na realidade, dizia ele, a política externa portuguesa era feita por um triunvirato,

composto por Salazar, por Vasco da Gama e pelo Infante D. Henrique, e infelizmente ele só tinha conseguido falar com um dos membros do triunvirato.

Ora, como dizia, uma das grandes vantagens da democracia é que nos permitiu restabelecer uma ligação entre as realidades sócio-económicas do país e a nossa política externa. O Embaixador Calvet de Magalhães percebia bem esta ligação essencial, e toda a trajectória do IEEI representa precisamente um contributo para a natureza democrática da nossa política externa, pela relação que estabelece entre a sociedade e o Estado. Com efeito, uma das lições que podemos extrair da nossa história é que a política externa não deve ser monopólio de um pequeno grupo de funcionários que a si próprios se elegem como únicos esclarecidos. Para um país democrático, que precisa de uma política externa enraizada nas suas próprias realidades, é fundamental que haja, no seio da sociedade civil, mecanismos e lugares de reflexão sobre essa política externa. Em Portugal, o IEEI constitui-se por excelência como esse lugar de reflexão, e as importantes e rápidas transformações do mundo neste início do século XXI apenas reforçam a indispensabilidade do IEEI.

A dupla natureza atlântica e europeia da nossa política externa continua a ser hoje a principal característica da nossa política externa, mas tem sido possível, no decurso do período democrático, desenvolver outras valências que enriquecem a nossa política externa. A consolidação de uma relação simultaneamente sã e intensa com as antigas colónias africanas constitui um motivo de orgulho e uma significativa valorização da posição portuguesa no mundo. O reforço da relação com o Brasil, essa jovem grande potência, é igualmente significativo nos tempos que correm. Com o Brasil gozamos não só de uma intensa relação política e económica bilateral, mas igualmente de um elevado grau de cumplicidade nos espaços multilaterais que partilhamos, sobretudo na CPLP mas também no espaço ibero-americano. Tanto em relação a África como em relação ao Brasil e à América do Sul, temos a agradecer ao IEEI pelo contributo único que nos traz enquanto fórum de diálogo e intercâmbio.

Suspeito que ao longo dos anos a política externa portuguesa não tirou todo o proveito possível daquilo que o IEEI soube oferecer para o nosso relacionamento com a América Latina ou com África. Esta desconfiança reforça-se quando olhamos para o Magrebe, região vizinha e de primeira relevância para a nossa política externa se pensarmos na sua importância política, económica e securitária. Com efeito, o intenso trabalho que o IEEI desenvolve, há anos a fio, na construção de uma profícua rede de contactos, conhecimentos e amizades euro-mediterrânicas é algo que saudamos vivamente, e que consideramos da maior importância para a política externa portuguesa. Trata-se de um relevante desafio para o nosso processo de apuramento de uma política externa, sabermos incorporar, de forma selectiva mas também natural e sistemática, as ideias geradas no seio da sociedade civil, o que no nosso caso inclui de forma muito destacada o IEEI.

Estamos inegavelmente hoje num período de profunda mudança internacional. Juntamente com os nossos parceiros e aliados na Europa e no espaço transatlântico, vivemos um processo de procura de novos mecanismos e processos de relacionamento regular. Nestas fases da história, é importante sabermos reconhecer a valorizar de forma equilibrada e simultânea aquilo que o mundo nos traz do novo, e aquilo que são as linhas de continuidade para as nossas políticas externas. Facilmente se cai na tentação de imaginar que os desafios da actualidade mais não são que preocupações passageiras, que o tempo se encarregará sozinho de resolver, trazendo de volta os equilíbrios de anteriores momentos históricos. Ou, em sentido contrário, de imaginar que de repente nada é estável, e que todas as bases dos

anteriores sólidos laços europeus e transatlânticos se dissolveram, deixando-nos num estado de preocupante fluxo e desenraizamento internacional. Nem tanto ao mar nem tanto à terra, claro, pois podemos estar seguros que tanto a mudança como a continuidade estarão presentes nas relações internacionais de amanhã. E a essa certeza podemos acrescentar outra: que apesar de sermos um país de média dimensão, à escala internacional, a nossa acção política internacional não é irrelevante para a construção das realidades históricas contemporâneas. Assim, é objectivo fundamental para a nossa política externa assegurar que do lado das continuidades se encontram os valores essenciais que têm norteado a política externa democrática portuguesa. Entre eles, contamos os valores do respeito pela igualdade soberana dos Estados, o respeito pelo direito internacional e pelos Direitos do Homem, o respeito pelos valores da liberdade e da solidariedade internacional.

Saber contribuir para a manutenção e consolidação desses valores nos espaços político, económico e linguístico em que desempenhamos o nosso papel internacional, representa, num mundo em profunda e rápida mutação, um desafio muito substancial. Este quadro identifica claramente como anacrónica uma ideia que em outros tempos se encontrava, até mesmo de forma dominante, nomeadamente a ideia de que podíamos e devíamos estar envolvidos apenas quando estavam directamente em causa interesses nacionais, definidos da forma mais limitada.

Uma das características do nosso tempo é que a malha do relacionamento internacional é cada vez mais espessa, os assuntos estão cada vez mais interligados, e as vicissitudes da vida internacional levam-nos ao contacto cada vez mais frequente com Estados que à primeira vista não fazem parte do nosso círculo de contactos mais próximos.

Por outras palavras, às transformações da vida internacional deverá corresponder uma transformação das nossas formas de participar nessa vida internacional. Hoje, devido à elevada intensidade da vida internacional, os nossos interesses mais imediatos já não podem ser satisfatoriamente defendidos pela via do tratamento isolado de assuntos específicos que consideramos particularmente importantes. Pelo contrário, defendem-se sobretudo através da participação activa que soubermos desenvolver em campos úteis da governação internacional. Se defendemos o primado da lei na política internacional não podemos estar ausentes dos processos de imposição dessa lei, como são os casos de manutenção da paz; se defendemos o diálogo como via para a solução de divergências de interesses, temos de contribuir para a criação de condições para diálogos; se reconhecemos que o terrorismo é um dos grandes flagelos internacionais do nosso tempo, temos de ser activos na identificação de mecanismos de controle e erradicação desse flagelo; se o nosso especial relacionamento com África sublinha a importância que atribuímos ao valor – moral mas também pragmático – da solidariedade internacional, temos de oferecer algo para os debates sobre mecanismos de exercício dessa solidariedade. Em suma, os tempos que correm exigem uma cidadania internacional activa, pois é dessa forma que melhor defendemos os nossos interesses.

Ora aqui coloca-se, como é evidente, a questão da escassez de recursos. Não somos uma superpotência, e as circunstâncias económicas actuais não são fáceis. Não podemos, claro, estar presentes, de forma activa e relevante, em todas as grandes questões mundiais. Julgo que a solução reside na identificação criteriosa de algumas frentes em que temos algo de importante a contribuir. A nossa história levou-nos ao contacto com povos em todas as partes do mundo; a nossa realidade contemporânea permite uma facilidade de diálogo com os mais diversos Estados; a nossa localização geográfica e a nossa participação multilateral – basta referir a NATO e a União Europeia para se perceber que estamos muito longe de sermos

periféricos – dão contacto frequente e intenso com países com maior peso internacional que o nosso. Resumindo: temos, afinal, condições bastante interessantes para uma participação activa nos novos processos de cidadania internacional, estabelecendo pontes e estimulando processos que correspondem aos nossos valores fundamentais.

Compete-nos compreender os nichos em que podemos fazer a diferença, e aplicar inteligentemente os nossos recursos – e falo aqui mais dos recursos históricos, humanos e institucionais que de recursos financeiros – para cumprirmos este considerável potencial português na era da globalização. O caso do combate que levamos a cabo, este Governo e o anterior, pela realização da segunda Cimeira Europa-África, corresponde precisamente a esta forma de trabalhar. Em outros importantes assuntos da vida internacional o nosso contributo pode ser igualmente relevante. Mas para desempenharmos de forma cabal este papel, é imprescindível o contributo do IEEI, e mais amplamente de uma cidadania activa também no domínio internacional. Faço votos para que neste próximo quarto de século o IEEI seja tão útil para o país como o foi no seu primeiro quarto-século de vida.

Muito obrigado.